

Gebbras
Participações
Ltda.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Memo

COMPONENT AUDITOR CLEARANCE MEMORANDUM - AUDIT OF THE COMPONENT'S FINANCIAL INFORMATION OR AUDIT OF THE COMPONENT'S ACCOUNT BALANCES FOR GROUP AUDIT PURPOSES

From: Antonio Carlos Brandão de Sousa - Audit Partner
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Rio de Janeiro, Brazil

Date: February 20, 2019

To: Mr. Jaime Vargas - Audit Partner
Deloitte & Touche Ltda., Bogota, Colombia ("Deloitte CO")

In accordance with your instructions dated October 4, 2018, we have audited, for purposes of your audit of the consolidated financial statements of Grupo Energia Bogota S.A. (the "Group"), the financial information included in the Component Auditor Summary Memorandum (the "financial information") of Gebbras Participação Ltda. (the "Component") for the year ended December 31, 2018. This financial information has been prepared solely to enable the Group to prepare its consolidated financial statements.

Management's Responsibility

Management is responsible for the preparation and presentation of the financial information on the basis of International Financial Reporting Standards - IFRS and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of the financial information that is free from material misstatement, whether due to fraud or error.

Auditor's Responsibility

Our responsibility is to express an opinion on the financial information using the International Standard on Auditing and in accordance with your instructions. As requested by you, we planned and performed our audit using the component materiality, as agreed with you in the amount of BR\$19,374 thousand, equivalent to USD5,000 thousand, which is different than the materiality that we would have used had we been designing the audit to express an opinion on the financial information of the component alone.

We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our qualified opinion. The conclusions reached in forming our qualified opinion are based on the component materiality and component performance materiality as agreed to by you, in the context of the audit of the consolidated financial statements of the Group.

We have complied with the DTTL Audit Approach Manual and DTTL Policies Manual, as it relate to our independence and professional competence.

Open Items

The Component Auditor Summary Memorandum includes some pending items related to the audit procedures in progress on this memorandum's date. Deloitte-CO should evaluate the eventual impact of those pending items on the consolidation level.

Deloitte refers to one or more of Deloitte Touche Tohmatsu Limited, a UK private company limited by guarantee ("DTTL"), its network of member firms, and their related entities. DTTL and each of its member firms are legally separate and independent entities. DTTL (also referred to as "Deloitte Global") does not provide services to clients. Please see www.deloitte.com/about for a more detailed description of DTTL and its member firms.

Deloitte provides audit, consulting, financial advisory, risk management, tax and related services to public and private clients spanning multiple industries. Deloitte serves four out of five Fortune Global 500® companies through a globally connected network of member firms in more than 150 countries bringing world-class capabilities, insights, and high-quality service to address clients' most complex business challenges. To learn more about how Deloitte's approximately 225,000 professionals make an impact that matters, please connect with us on Facebook, LinkedIn or Twitter.

Basis for Qualified Opinion

On January 1, 2018, the energy transmission concessionaires that are investees of the Component, booked as equity method, adopted IFRS 15 (contract asset) as a new accounting practice replacing IFRIC 12 (financial asset). This change resulted in the revision of the interest rates implicit in the contract assets (TER - 3.22%, TSP - 4.18%, MGE 3.51% and GOT - 4.09%) replacing the internal return rates adopted in financial assets (IFRIC 12). Our audit procedures have not been sufficient to determine whether the revised implicit interest rates adopted by the Component's management reflect market conditions on the dates of the beginning of investees' transmission concession periods. Therefore, the Group Auditor should address this matter since it is a scope limitation at component level.

Qualified Opinion

In our opinion, except for the effects of the matters described in Scope Limitation and open items paragraphs, the financial information for Gebbras Participação Ltda. as of December 31, 2018 and for the year then ended has been prepared, in all material respects, on the basis of IFRS.

Restriction on Use and Distribution

This financial information has been prepared for purposes of providing information to the Group to enable it to prepare its consolidated financial statements. As a result, the financial information is not a complete set of financial statements of Gebbras Participação Ltda. in accordance with IFRS. The financial information may, therefore, not be suitable for another purpose.

This report is intended solely for Deloitte CO and should not be used by, or distributed to, anyone in the Group, any of its components, or any other third party.

Rio de Janeiro, Brazil

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes



Antonio Carlos Brandão de Sousa
Engagement Partner

Gebbras Participações Ltda.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa		Passivo		Nota explicativa
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	
Ativo circulante			Passivo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.053	Fornecedores	-	11
Outras contas a receber	5	32	Obrigações trabalhistas	207	212
Tributos a recuperar		568	Obrigações tributárias	16	412
Adiantamento a fornecedores		6	Outras contas a pagar	7	7
Dividendos propostos a receber	6.c	37.345	Mútuo com partes relacionadas	-	176.506
Total do ativo circulante		75.004	Total do passivo circulante	230	177.148
Ativo não circulante			Passivo não circulante		
Cauções e depósitos	10	10	Mútuo com partes relacionadas	388.054	179.724
Imobilizado	5	5	Obrigações tributárias	1.389	865
Investimentos	6.a	703.312	Total do passivo não circulante	389.443	180.589
Total do ativo não circulante		703.327	Patrimônio líquido		
			Capital social	190.200	190.200
			Reserva de lucros	198.458	265.913
			Total do patrimônio líquido	388.658	456.113
Total do ativo		778.331	Total do passivo e patrimônio líquido	778.331	813.850

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais, excerto resultado por quota)

	Nota explicativa	31.12.2018	31.12.2017
Equivalência patrimonial	6.b	36.328	47.027
Outras receitas		<u>-</u>	<u>691</u>
Lucro bruto		<u>36.328</u>	<u>47.718</u>
Despesas administrativas			
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(2.228)</u>	<u>(2.249)</u>
Total das despesas administrativas		<u>(2.228)</u>	<u>(2.249)</u>
Receitas financeiras		42.945	21.723
Despesas financeiras		<u>(93.710)</u>	<u>(43.052)</u>
Resultado financeiro líquido	10	<u>(50.765)</u>	<u>(21.329)</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>(16.665)</u>	<u>24.140</u>
Resultado por quota - em reais		(0,088)	0,127

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	31.12.2018	31.12.2017
Resultado dos exercícios	(16.665)	24.140
Outros componentes do resultado abrangente	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente dos exercícios	<u><u>(16.665)</u></u>	<u><u>24.140</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016		<u>190.200</u>	<u>241.772</u>	<u>-</u>	<u>431.972</u>
Resultado do período		-	-	24.140	24.140
Destinação do lucro líquido:					
Reserva de retenção de lucros		-	24.140	(24.140)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		<u>190.200</u>	<u>265.912</u>	<u>-</u>	<u>456.112</u>
Resultado dos exercícios		-	-	(16.665)	(16.665)
Ajuste de exercícios anteriores		-	(50.789)	-	(50.789)
Destinação do lucro líquido:					
Reserva de retenção de lucros		-	(16.665)	16.665	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.a	<u>190.200</u>	<u>198.458</u>	<u>-</u>	<u>388.658</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gebbras Participações Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado dos exercícios		(16.665)	24.140
Ajustes em:			
Juros sobre mútuos	10	23.412	20.098
Variação cambial passiva sobre mútuos	10	68.304	21.383
Variação cambial ativa sobre mútuos	10	(35.197)	(18.915)
Equivalência patrimonial	6.b	(36.328)	(47.027)
Variação cambial passiva		1.988	-
Variação cambial ativa		(6.925)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras		-	-
Tributos a recuperar		(142)	(213)
Cauções e depósitos		-	-
Adiantamento a fornecedores		(6)	-
Outras contas a receber	5	1.301	2.667
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(11)	11
Obrigações tributárias		128	117
Obrigações trabalhistas		(5)	100
Outras contas a pagar		(1)	1
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(147)	2.362
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(5)	-
Dividendos recebidos	6.b	27.275	13.515
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		27.275	13.515
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimo com partes relacionadas		205.693	-
Pagamento de principal de mútuos com partes relacionadas		(216.610)	-
Pagamento de juros de mútuos com partes relacionadas		(8.845)	(19.606)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(19.762)	(19.606)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.366	(3.729)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	29.687	33.416
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	37.053	29.687
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		7.366	(3.729)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Gebbras Participações Ltda. (“Gebbras” ou “Empresa”) é uma sociedade limitada com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo, criada em 13 de abril de 2015 e controlada pelo Grupo Energia Bogotá S.A. E.S.P., com sede na Colômbia. Tem por objeto social a participação como sócia ou acionista em outras sociedades, simples ou empresárias, e em consórcios e empreendimentos comerciais de qualquer natureza.

Em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. (“TER”), Transenergia São Paulo S.A. (“TSP”), Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) e MGE Transmissão S.A. (“MGE”).

A Administração entende que possui controle conjunto evidenciado pelo acordo de acionistas e por sua representação no Conselho de Administração e na Diretoria das investidas, bem como na participação nos processos de elaboração de políticas administrativas/financeiras e aprovações de orçamentos, mas não tem o controle total e, portanto, não consolida as demonstrações financeiras das transmissoras.

1.2 Mudança de participação societária

Em 20 de julho de 2016, o sócio Eduardo Soares cedeu e transferiu, a título oneroso, 1 (uma) quota de que é titular para o sócio ingressante Marcos Diez.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 31 de dezembro de 2018, avaliamos a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa em continuar operando.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

e. Data de aprovação das demonstrações financeiras

A aprovação das demonstrações financeiras pela Administração ocorreu em 25 de janeiro de 2018.

3 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Empresa pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou somente instrumentos financeiros classificados como custo amortizado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros da Empresa, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Caixa e equivalentes de caixa”, “Outras contas a receber” e “Dividendos propostos a receber”.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2018, os passivos financeiros da Empresa classificados nesta categoria compreendiam “Outras contas a pagar” e “Fornecedores”.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e o custo de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

Em 2018 e 2017, a Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos.

d. *Redução ao valor recuperável de ativos*

A cada exercício, a Empresa revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Empresa não identificou perda por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecida nos exercícios apresentados.

e. *Caixa e equivalentes de caixa*

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

f. *Investimentos*

Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial para fins das informações financeiras da investidora. Esses investimentos compreendem empreendimentos controlados em conjunto.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da investidora pelo custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas investidas.

A participação societária nas investidas é apresentada na demonstração do resultado da investidora como resultado de equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das investidoras.

As informações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa e suas investidas.

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, a Empresa e suas investidas determinam se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa.

g. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros com aplicações financeiras e variações cambiais ativas.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros por atraso, variação cambial passiva e juros sobre os contratos de mútuos.

j. Imposto de renda e contribuição social

A Empresa adota o regime de tributação pelo Lucro Real, e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

O imposto e a contribuição social corrente a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício consideram as taxas de imposto e contribuição vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base na aplicação das mesmas alíquotas mencionadas e decorrem de receitas temporariamente não tributadas para efeito de imposto de renda e contribuição social e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição

social.

k. Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Empresa classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que os juros pagos representam custos para obtenção de recursos financeiros.

l. Novas normas, alterações e interpretações

a. Aplicáveis às demonstrações financeiras de 31.12.2018

As normas internacionais de relatórios financeiros novas e revisadas a seguir, em vigor para períodos iniciais em ou após 01.01.2018, foram adotadas nas demonstrações financeiras e não tiveram nenhum efeito relevante sobre os valores divulgados para o período:

- CPC 47 (IFRS 15) – Receita de contratos com clientes;

- CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros.

b. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas:

A partir do exercício iniciado em 01.01.2019, o pronunciamento contábil CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil, tornam-se efetivos. A Companhia não adotou essa norma nas demonstrações financeiras e, portanto, não irá adotar tal norma de forma antecipada.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) – Operações de arrendamento mercantil

A IFRS 16 (CPC -06 (R2)) foi emitida em janeiro de 2016. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar os ativos subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Administração não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia quando a adoção da IFRS 16 passar a vigorar em 2019.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Bancos	10.212	12.662
Aplicações financeiras (i)	26.841	17.025
Total	37.053	29.687

- (i) Compreende aplicações financeiras de liquidez imediata que são conversíveis em um montante conhecido de caixa em até 90 dias e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, apresentando a seguinte composição:

Instituição financeira	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander S.A.	98,5% CDI	26.841	17.025
Total		26.841	17.025

As aplicações financeiras no Banco Santander S.A. correspondem a CDB's com compromisso de recompra e rendem, em média, 98,5% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

5 Outras contas a receber

Refere-se à indenização contratual prevista na cláusula 7.1 do contrato de compra e venda das ações, referente à apresentação intempestiva da renovação da Garantia Bancária devida pela J.Malucelli Energia. A Empresa notificou o vendedor em 26 de novembro de 2018 e parcelou o montante em 3 meses, tendo recebido até 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 26.

6 Investimentos

Aquisição de controle conjunto

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em 21 de agosto de 2015, a Gebbras adquiriu a participação societária de 51% das transmissoras de energia elétrica brasileiras: Transenergia Renovável S.A. ("TER"), Transenergia São Paulo S.A. ("TSP"), Goiás Transmissão S.A. ("GOT") e MGE Transmissão S.A. ("MGE").

Principais aspectos das controladas em conjunto

TER

A Transenergia Renovável S.A. ("TER") foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TER é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região.

TSP

A Transenergia São Paulo S.A. ("TSP") foi constituída em 8 de julho de 2009, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e

Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 001/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 024/2009.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a TSP é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das instalações de transmissão localizadas no Estado de São Paulo.

GOT

A Goiás Transmissão S.A. (“GOT”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a GOT é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão localizadas no Estado de Goiás.

Em 09 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou requerimento de instauração de arbitragem, no montante de R\$ 23.062, visando à condenação do Consórcio Construtor Goiás ao pagamento das penalidades previstas no Contrato de Empreitada Global firmado entre as partes, bem como ao ressarcimento pelas penalidades e descontos regulatórios decorrentes do atraso na entrega do empreendimento e início da operação comercial do sistema de transmissão. O Tribunal Arbitral determinou no dia 6 de junho de 2018 que as Partes especificassem as provas que pretendem produzir. No dia 25 de junho de 2018 a Companhia requereu a produção de prova oral para a oitiva de testemunhas fáticas e técnicas, bem como a produção de prova documental suplementar.

O Consórcio Construtor Goiás, também no dia 25 de junho de 2018, requereu a produção de prova pericial contábil e oral para colheita de depoimento pessoal do representante legal da Companhia e para a oitiva de testemunhas fáticas e técnicas, bem como a exibição, pela Companhia, dos documentos relacionados ao processo administrativo em que se questiona a aplicação de multa pela Secretária Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás - SEMARH e de eventual ajuizamento de Ação contra a aludida autuação. As Partes apresentaram no dia 12 de setembro de 2018 os seus respectivos Laudos Técnicos de Engenharia em apoio às suas alegações e pretensões. Em 08 de outubro de 2018, as Partes apresentaram as testemunhas que pretendem ouvir e demais informações em cumprimento à Ordem Processual nº 03. Aguarda-se agora nova Deliberação do Tribunal Arbitral definindo a data em que será realizada a audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas fáticas e técnicas, bem como dos representantes legais da Partes.

A Administração, baseada na posição do Escritório de Advocacia que representa seus interesses na Arbitragem, avalia que o prognóstico de perda é possível e, portanto, nenhum dos valores pleiteados pelo CCG no processo arbitral foram registrados nas demonstrações financeiras.

MGE

A MGE Transmissão S.A. (“MGE”) foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, atualmente formado por Furnas Centrais Elétricas S.A. e Gebbras Participações Ltda, vencedor do Lote G do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009 para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 008/2010.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a MGE é responsável pela construção, operação e manutenção de linhas de transmissão localizados nos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A MGE está passando por processo de arbitragem instaurado pelo Consórcio Construtor MGE (CCM), no valor de R\$ 30.000, para a solução de controvérsia decorrente de relação contratual

mantida entre as partes. A MGE apresentou pedido reconvenicional, no montante de R\$ 18.892. O CCM pleiteia na Arbitragem o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato celebrado com a MGE sob a alegação de extensão de prazo contratual e de que teria incorrido em custos adicionais invocando demora na liberação das áreas necessárias para o desenvolvimento e conclusão das obras.

A MGE, por sua vez, requereu em sua Reconvenção (i.) seja reconhecida a responsabilidade do CCM pelo pagamento da multa contratual em razão do atraso na conclusão da obra, incluindo a energização do empreendimento; (ii.) seja declarada a responsabilidade do CCM por sanções e multas aplicadas pela ANEEL por atraso na entrega da obra e energização do empreendimento, bem como reivindicações de terceiros quanto a prejuízos decorrentes de tal atraso; (iii.) seja condenado o CCM ao ressarcimento dos custos suportados pela MGE referentes a serviços e fornecimentos pendentes, de exclusiva responsabilidade contratual do CCM nos termos do Contrato EPC, os quais não foram executados pelo CCM, mas, sim, pela MGE; (iv.) por fim, postulou a MGE que o CCM seja condenado ao pagamento de todos os custos e despesas decorrentes do Procedimento Arbitral, inclusive, os custos incorridos com o Tribunal Arbitral.

Os Peritos apresentaram no dia 17 de janeiro de 2018 proposta de honorários no valor de R\$ 270, valor este rateado igualmente pelas Partes (CCM e MGE).

A MGE já procedeu ao pagamento dos R\$ 135 que lhe competia.

O processo encontra-se em fase pericial desde o dia 7 de fevereiro de 2018. Os Assistentes Técnicos indicados pelas Partes reuniram-se pela primeira vez com os Peritos, bem como realizaram as suas apresentações técnicas. No dia 17 de julho de 2018 será realizada a segunda reunião entre os Peritos e os Assistentes Técnicos das Partes. Em 26 de Agosto de 2018 a MGE solicitou a imediata paralisação dos trabalhos periciais, bem como a substituição dos peritos, o qual foi indeferido pelo Tribunal Arbitral.

Em 30.11.2018, os Peritos apresentaram o laudo pericial. Em 11.12.2018, foi proferida a Ordem Processual nº 16, concedendo prazo até 15.02.2019 para impugnação ao laudo pericial. A MGE apresentará impugnação ao laudo pericial, por meio de Laudo Divergente dos seus Assistentes Técnicos.

Até o momento nenhuma decisão foi proferida e a Administração, baseada na posição do Escritório de Advocacia que representa seus interesses na Arbitragem, avalia que o prognóstico de perda é possível e, portanto, nenhum dos valores pleiteados pelo CCM no processo arbitral foram registrados nas demonstrações financeiras.

IFRIC 12 (ICPC 01)

A receita proveniente dos contratos de concessão das controladas em conjunto contemplam os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos ou a receber, na condição em que seja provável que ela resulte em receita e possa ser mensurada de forma confiável.

As controladas em conjunto reconhecem a receita de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas receitas são:

- Receita de remuneração do ativo financeiro, representada pelos ajustes nos fluxos de caixas estimados futuros, descontados a valor presente pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF.

- Receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS).

A taxa utilizada pelas controladas em conjuntos para descontar a valor presente o fluxo de caixa futuro é a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro – TRAF, conforme quadro abaixo.

Companhia	Taxa a.a.
TER	2,86%
TSP	3,18%
GOT	3,50%
MGE	3,06%

a. Participação em controladas em conjunto

31/12/2018									
Informações sobre as controladas em conjunto							Informações sobre o investimento da Controladora		
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	220.600	538.554	151.102	387.452	16.232	8.278	197.600
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	73.800	229.668	91.902	137.766	11.428	5.829	70.261
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	315.195	775.741	273.744	501.997	28.522	14.546	256.018
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	473.854	122.025	351.829	15.049	7.675	179.433
Total								36.328	703.312

31/12/2017									
Informações sobre as controladas em conjunto							Informações sobre o investimento da Controladora		
Controladas em conjunto	%	Nº ações detidas/mil	Capital Social	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Transenergia Renovável S.A.	51	112.506	220.600	551.652	160.829	390.823	19.531	9.961	199.320
Transenergia São Paulo S.A.	51	37.638	73.800	253.958	61.292	192.666	3.464	1.767	98.260
Goiás Transmissão S.A.	51	160.749	315.195	826.572	310.153	516.419	41.034	20.927	263.374
Mge Transmissão S.A.	51	141.898	278.232	494.074	136.012	358.062	28.180	14.372	182.612
Total								47.027	743.566

b. Movimentação do investimento

Controladas em conjunto	Saldo em 2017	Dividendos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 2017
Transenergia Renovável S.A.	199.320	(2.809)	1.089	197.600
Transenergia São Paulo S.A.	98.260	(22.984)	(5.015)	70.261
Goiás Transmissão S.A.	263.374	-	(7.356)	256.018
Mge Transmissão S.A.	182.612	-	(3.179)	179.433
Total	743.566	(25.793)	(14.461)	703.312

c. Dividendos propostos a receber

Controladas em conjunto	Saldo em 2017	Saldo em 2018

		Dividendos Propostos	Dividendos Recebidos	
Transenergia Renovável S.A.	7.130	2.809	(9.680)	258
Transenergia São Paulo S.A.	883	22.984	(5.100)	18.767
Goiás Transmissão S.A.	22.929	-	(10.455)	12.474
Mge Transmissão S.A.	7.886	-	(2.040)	5.846
Total	38.828	25.793	(27.275)	37.345

7 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas coligadas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação de partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Transações com mútuos

Mutuante	31/12/2018				31/12/2017			
	Passivo		Resultado		Passivo		Resultado	
	Circulante	Não circulante	Juros	Varição cambial	Circulante	Não circulante	Juros	Varição cambial
Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P (i)	-	180.589	15.734	-	-	180.589	15.734	-
EEB Peru Holdings Ltd.(ii)	-	-	4.189	(33.436)	176.897	-	4.364	(3.402)
Grupo Energia de Bogotá (iii)	-	208.853	3.489	329	-	-	-	-
IRRF	-	(1.388)	-	-	(391)	(865)	-	-
Total	-	388.054	23.412	(33.107)	176.506	179.724	20.098	(3.402)

- (i) Atualização pela taxa de 9% a.a. com vencimento em parcela única em 19 de agosto de 2031.
- (ii) Atualizado pela taxa Libor 3M + 1,4% com vencimento em 19 de agosto de 2018.
- (iii) Atualizado pela taxa Libor 6M + 1,95% com vencimento em 08 de agosto de 2023.

b. Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a remuneração dos administradores (pessoal-chave) totalizou R\$ 963 (1.003 em 2017), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração	(667)	(699)
Encargos	(245)	(253)
Benefícios – Plano de saúde	(51)	(51)
Total	(963)	(1.003)

8 Contingências fiscais, cíveis e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foi constituída provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e/ou divulgada, em face da inexistência de litígios em andamento, conforme opinião dos consultores jurídicos contratados pela Administração.

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Gebbras, subscrito e integralizado, está representado por R\$ 190.200, dividido em 190.200.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas aos quotistas:

Cotistas	31/12/2018		31/12/2017	
	Nº de quotas	Valor	Nº de quotas	Valor
Empresa de Energia de Bogotá S.A. E.S.P	190.199.999	190.200	190.199.999	190.200
Marcos Diez	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>-</u>
Total	<u>190.200.000</u>	<u>190.200</u>	<u>190.200.000</u>	<u>190.200</u>

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva de retenção de lucros. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em ata de reunião dos sócios.

O contrato social indica que a Empresa é uma sociedade constituída sob a forma de responsabilidade limitada, não prevendo qualquer destinação obrigatória para os resultados anuais.

10 Resultado financeiro líquido

	31/12/2018	31/12/2017
Rendimento de aplicação financeira	707	1.009
Varição cambial ativa sobre aplicações	6.925	1.654
Varição cambial ativa sobre mútuos	35.197	18.915
Outras receitas financeiras	<u>116</u>	<u>145</u>
Receitas financeiras	<u>42.945</u>	<u>21.723</u>
Varição cambial passiva sobre mútuos	(68.304)	(21.383)
Varição cambial passiva sobre aplicações	(1.988)	(1.491)
Juros sobre mútuos	(23.412)	(20.098)
IOF	(2)	(47)
Despesas bancárias	<u>(4)</u>	<u>(33)</u>
Despesas financeiras	<u>(93.710)</u>	<u>(43.052)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(50.765)</u>	<u>(21.329)</u>

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração dos administradores	(963)	(1.003)
Serviços de terceiros	(914)	(858)
Viagens e estadias	(177)	(141)
Aluguel de Imóveis	(123)	(116)
Outras despesas	<u>(51)</u>	<u>(131)</u>
Total	<u>(2.228)</u>	<u>(2.249)</u>

12 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Caixa e Equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	37.053	37.053
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	32	32
Dividendos propostos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	37.345	37.345
			<u>74.430</u>	<u>74.430</u>

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2018

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	6	6
			<u>6</u>	<u>6</u>

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Caixa e Equivalente de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	29.687	29.687
Outras contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	1.333	1.333
Dividendos propostos a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	38.828	38.828
			<u>69.848</u>	<u>69.848</u>

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2017

	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 09	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 09
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	11	11
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros	Custo amortizado	8	8
			<u>19</u>	<u>19</u>

b. Gerenciamento de riscos

A Empresa está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas em razão de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Empresa adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e a estratégia definidas pela Administração.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na Administração do risco de liquidez é o

acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetarem os ganhos da Empresa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) ***Riscos relacionados às taxas de câmbio***

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Empresa para aquisição de capital de giro com suas partes relacionadas. Em 31 de dezembro de 2018, a Empresa não possui instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações em moeda estrangeira e apresentou a seguinte exposição em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2018 (U\$)	31/12/2018 (R\$)
Recebíveis em Dólar	2.635	10.210
Obrigações em Dólar	<u>(53.900)</u>	<u>(208.853)</u>
Exposição do Dólar	<u>(51.265)</u>	<u>(198.643)</u>

(ii) ***Riscos relacionados à taxa de juros***

Na Empresa, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (Libor).

c. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

As operações da Empresa são indexadas preponderantemente com taxas prefixadas e atreladas à variação do CDI, do Libor e do Dólar.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (mútuos e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros/câmbio foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2018, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI, Libor e Dólar, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas informadas no *site* do Banco Central e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e/ou uma redução de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		6,42	4,82	3,21
Aplicações financeiras		26.840			
Remuneração estimada			1.723	1.294	862
Efeitos no resultado				(429)	(861)
Dólar	Redução do dólar		3,87	2,90	1,94
Depósitos bancários		10.210	10.210	7.651	5.118
Efeitos no resultado				(2.559)	(5.092)

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Saldo contábil	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Libor 6M (%)	Aumento da Libor		2,5135	3,1419	3,7703
Empréstimos a Libor		208.853	214.103	215.415	216.727
Juros estimados			(5.250)	(6.562)	(7.874)
Efeitos no resultado				(1.312)	(2.624)
Dólar	Aumento do dólar		3,87	4,84	5,81
Empréstimos e financiamentos		208.853	208.853	262.820	313.549
Variação cambial estimada				(53.967)	(104.696)